



Em pé de Igualdade:

Exigências das Mulheres e Raparigas Africanas para a COP27

INTRODUÇÃO

As Negociações sobre as mudanças climáticas de 2022 (COP27) decorrerão no continente africano pela primeira vez em seis anos. Neste contexto, as Feministas Africanas das cinco regiões do continente reuniram-se para lançar um conjunto de exigências colectivas que deverão ser abordadas durante a COP27. As feministas africanas que contribuíram para este instrumento trabalham dentro do ecossistema climático para impulsionar e escalar acções numa série de temas prioritários, incluindo a liderança de mulheres e jovens nos processos climáticos, transição energética, financiamento climático, tecnologia e exigências inter-relacionadas de justiça climática, social e económica.

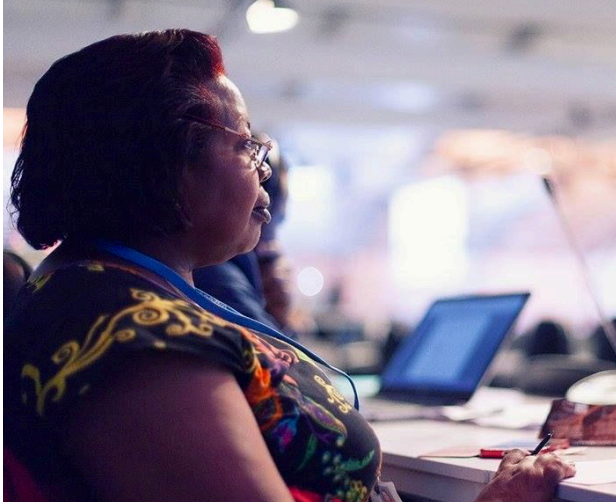


Foto esquerda por Annabelle Avril, WECF
Foto certa por Hoda Baraka, Survival Media Agency



CONTEXTUALIZAÇÃO

O último relatório do Painel Inter-governamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC) confirma mais uma vez o adágio feminista de que as mudanças climáticas são uma ameaça grave e crescente para o nosso bem-estar comum e para um planeta saudável. De acordo com o Sexto Relatório de Avaliação do IPCC (IPCC AR6, 28 de Fevereiro de 2022), as mudanças climáticas induzidas pelo ser humano estão causando perturbações perigosas e generalizadas na natureza e afectando a vida de bilhões de pessoas em todo o mundo, apesar dos esforços para reduzir os riscos.¹ As pessoas e os ecossistemas menos capazes de lidar com isso estão a ser os mais atingidos. Embora as mudanças climáticas afectem todos os sectores da população, os países mais dependentes dos recursos naturais para a sua subsistência são gravemente afectados. As mulheres desses países enfrentam geralmente riscos múltiplos e suportam maiores encargos com os impactos das mudanças climáticas, do patriarcado, da pobreza persistente e das desigualdades crescentes.

A África está a aquecer mais rápido que a média global, e o relatório do IPCC considera muito provável que toda a África continue a aquecer durante o século XXI². Uma grande variação da precipitação conduziu a secas e inundações mais graves, piorando áreas propensas a desastres naturais. Com o aumento das temperaturas, a actual tensão térmica será agravado, aumentando mais a pressão sobre o sistema agrícola, particularmente sobre pequenos agricultores e produtores de alimentos, dos quais a maioria são mulheres. Para muitas comunidades em toda a África, o ambiente natural não é apenas uma fonte

1 <https://www.ipcc.ch/assessment-report/ar6/>

2 <https://www.un.org/africarenewal/magazine/december-2018-march-2019/global-warming-severe-consequences-africa>

segura de alimentos, abrigo e energia, mas também a fonte do vasto espectro da medicina tradicional, cultura, património, costumes, e séculos de história e conhecimento acumulados. A incapacidade de enfrentar as alterações climáticas pode levar não só à destruição dos ecossistemas, mas também à destruição da própria essência do continente.

As Nações Unidas estimam que 80% dos refugiados devido a mudanças climáticas são mulheres³. Por exemplo, no nordeste da Nigéria, várias actividades humanas aceleraram o impacto das mudanças climáticas, levando à escassez de recursos como água, alimentos e terra. As estatísticas da Organização Internacional para as Migrações (OIM) (2021) demonstraram que as mulheres representam 53% das Pessoas Deslocadas Internamente (PDI) no nordeste da Nigéria afectadas pelos conflitos.⁴ No entanto, as mulheres, especialmente as mulheres africanas, são frequentemente excluídas das mesas de decisões e dos corredores do poder onde as políticas e programas sobre mudanças climáticas são elaborados e concebidos.

A complexidade e interconexão da vulnerabilidade estão expressas no Sexto Relatório de Avaliação do IPCC (Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade: parte dois⁵), onde o colonialismo foi apontado como um dos principais propulsores das mudanças climáticas. Esta menção dá credibilidade aos apelos à justiça climática para o Sul Global e ao desenvolvimento e visão de novos sistemas que se distanciam da opressão das pessoas e exploração da natureza, em prol de cuidados e bem-estar comuns. O relatório reiterou que o combate às desigualdades no acesso a recursos, bens e serviços, e na participação na tomada de decisões e liderança, é essencial para alcançar a igualdade do género e justiça climática. O relatório reiterou também que as medidas e investimentos intencionais em políticas e programas

3 <https://www.bbc.com/news/science-environment-43294221>

4 <https://reliefweb.int/report/nigeria/northeast-nigeria-displacement-report-36-may-2021>

5 <https://www.ipcc.ch/assessment-report/ar6/>



Foto por Hoda Baraka, Survival Media Agency

a longo prazo para apoiar mudanças nas regras, normas e comportamentos sociais são essenciais para abordar as desigualdades estruturais e criar um ambiente propício para os grupos marginalizados adaptarem-se eficazmente às mudanças climáticas.

Apesar de enfrentarem múltiplos desafios e marginalização estrutural, as mulheres africanas, raparigas e povos indígenas estão a liderar um trabalho excepcional de protecção do ambiente e de combate às mudanças climáticas. Soluções locais que foram aprovadas por serem de igualdade de género e transformadoras podem ser encontradas em todo o continente, desde projectos de [energia verde](#) para famílias rurais e cooperativas agrícolas, [à capacitação das mulheres rurais através de um desenvolvimento integrado em Uganda e resistente ao clima](#) na Etiópia, a grupos locais de mulheres envolvidos com o Fundo Verde para o Clima (GCF) na Nigéria. Estas e muitas outras soluções, que continuam a ser relatadas pela organização “[Women and Gender Constituency](#)”, são testemunhos de uma liderança inestimável das mulheres, em toda a sua diversidade, no combate às mudanças climáticas. Portanto, investir na liderança das mulheres e nas soluções não é apenas um direito e uma coisa justa a fazer, mas também uma estratégia de mitigação em si.



Foto superior e esquerda por Hoda Baraka, Survival Media Agency. Foto certa por Annabelle Avril, WECF

EXIGÊNCIAS

Exigem: Representação, Liderança e Participação: as feministas africanas apelam à inclusão das mulheres e dos jovens nos processos de tomada de decisões, nacionais e da UNFCCC.

- 1** Representação igualitária e envolvimento significativo das mulheres, raparigas, pessoas com deficiência, povos indígenas e jovens em sua diversidade em todos os processos das mudanças climáticas a níveis nacional e Mundial.
- 2** Oportunidades de formação relacionada com os processos climáticos para mulheres, raparigas e jovens, para contribuir no seu envolvimento em delegações nacionais e processos políticos globais.
- 3** Priorização do investimento na implementação e monitorização do Plano de Acção em matéria de igualdade do Género (GAP) da UNFCCC, incluído o apoio aos Pontos de Género em matéria de mudanças climáticas. A revisão intermediária do progresso da implementação das actividades contidas no Plano de Acção em matérias de igualdade de Género está em curso. Foram registados vários ganhos, mas há ainda muito trabalho por fazer. O apoio aos Pontos Focais de Género em matéria das mudanças climáticas do Sul Global deve ser prioridade para que a meta do GAP seja realizada e a integração da igualdade de género seja acelerada em todos os processos e programas nacionais de mudanças climáticas.

Exigem: Transição justa e equitativa para todos no sector de Combustíveis Fósseis

- 4** Os países desenvolvidos comprometem-se a suspender imediatamente todos os novos investimentos em combustíveis fósseis e energia nuclear, com uma mudança clara e urgente de uma economia baseada em combustíveis fósseis para uma economia sustentável, justa e feminista centrada na utilização de energias renováveis que respondam às questões de igualdade de género.
- 5** Os países desenvolvidos, em particular a União Europeia, retiram-se do Tratado da Carta da Energia (ECT) e cessam a sua expansão para outros países. O tratado permite às empresas de carvão, petróleo e gás obstruir a transição para um sistema de energia limpa, dando a essas empresas o poder de processar os governos em tribunais secretos e perante arbitragens comerciais cujo incentivo não é proteger o planeta, mas sim os seus interesses.⁶

⁶ <https://friendsoftheearth.eu/energy-charter-treaty/>

6

Uma estratégia com objectivos específicos e multidimensionais para apoiar as comunidades mais pobres e vulneráveis de África, Pequeno Estado Insular, América Latina e Ásia-Pacífico que compõem o Sul Global através de investimentos em energia segura e limpa para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, criar empregos e fortalecer as economias locais.

7

Os projectos de energias renováveis, segura e limpa que reduzem o encargo do trabalho de cuidados não remunerados, em que as mulheres e raparigas passam até 75% do seu tempo empenhadas⁷ (Os programas igualdade de género e de energias renováveis e limpa provam ter múltiplos benefícios para a saúde e para a subsistência).

Exigem: Financiamento Climático : (as feministas africanas exigem um financiamento climático adequado, acessível, flexível e centrado nos direitos humanos, como uma questão de justiça e equidade. “Apelamos à maior transparência e responsabilização pelas promessas feitas e pelos fundos públicos entregues pelos países desenvolvidos”).

8

Criação de um mecanismo financeiro dedicado, sem dívidas, para perdas e danos, para apoiar urgentemente os países em desenvolvimento que actualmente lidam com perdas e danos múltiplos causados pela crise climática. É injusto e desumano que os países e comunidades em desenvolvimento sejam deixados para trás, pressionados a utilizar recursos já escassos ou presos num ciclo de dívida para uma crise para a qual pouco contribuíram.

9

Entrega de 100 mil milhões de dólares norte americanos de financiamento climático por ano. As necessidades de financiamento climático dos países africanos foram estimadas em 250 mil milhões de dólares por ano.⁸ Assim, a nova quantificação do objectivo colectivo no financiamento climático tem de atingir mais de 100 mil milhões de dólares, assegurando ao mesmo tempo a necessidade de manter o aquecimento abaixo de 1,5°C.

10

Aumento do financiamento de adaptação, dando prioridade às subvenções em detrimento dos empréstimos. Isto permite que os países de baixo rendimento que já estão fortemente endividados e que enfrentam encargos insustentáveis de dívida apoiar programas de adaptação que proporcionam redes de segurança social e aumentam a resistência das comunidades aos choques climáticos, bem como reduzir os encargos de cuidados quando os serviços públicos são inadequados, subfinanciados ou falham na sequência de graves impactos de mudanças climáticas.

⁷ <https://www.globalcitizen.org/en/content/womens-unpaid-care-work-everything-to-know/>

⁸ <https://www.climatepolicyinitiative.org/publication/climate-finance-needs-of-african-countries/#:~:text=Africa's%20USD%202.5%20trillion%20of,12%25%20of%20the%20account%20needed.>

- 11 Reavaliação das modalidades de financiamento através de instituições e mecanismos de financiamento de modo a garantir um financiamento flexível que se ajuste a diferentes contextos e necessidades de financiamento de diferentes grupos, especialmente mulheres, jovens e povos indígenas. Isto inclui repensar numa abordagem de canalizar o financiamento climático necessário, particularmente face a perdas e danos, dirigindo-o às comunidades afectadas em oposição aos programas organizados pela ONU e ao sector privado.
- 12 Envolvimento significativo e inclusão das mulheres, raparigas e jovens no desenvolvimento de critérios de financiamento e alocação para as iniciativas em matéria de mudanças climáticas, incluindo adaptação, mitigação, transferência de tecnologia e reforço de capacidade a todos os níveis.
- 13 Os governos e as Instituições de financiamento climático disponibilizam financiamento para apoiar o trabalho dos Pontos Focais de Género em matéria de mudanças Climáticas (NGCCFP's) e os programas transformativos de igualdade de género em matéria mudanças climáticas.
- 14 Reforço das capacidades governamentais de orçamento com base no género para as iniciativas em matéria de mudanças climáticas.

Exigem: Agricultura e Direitos da Terra

- 15 Expansão das mulheres no acesso e sobre a terra, recursos produtivos e financiamento flexível sem dívidas para a prática de agricultura ecológica e os esforços de soberania alimentar.
- 16 Protecção dos direitos das mulheres agricultoras de pequena escala, pescadores artesanais, pastoras e povos indígenas contra perdas e danos causados pelas mudanças climáticas, despejo, abuso e violência.
- 17 Respeito pelos direitos das comunidades na produção agrícola e dos sistemas de sementes e alimentos indígenas, bem como dos direitos dos agricultores tradicionais, tal como consagrados no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura⁹. Estes esforços melhorarão a saúde das pessoas, o planeta e os meios de subsistência locais, apoiando os pequenos produtores de alimentos, principalmente as mulheres. Os investimentos em vários sistemas alimentares locais e sustentáveis apoiam também a soberania alimentar e ajudam os países a tornarem-se menos dependentes da produção neoliberal de alimentos liderada pelas empresas e das importações.

⁹ <https://www.fao.org/3/i0510e/i0510e.pdf>

Exigem: Tecnologia

- 18** Uma cessação imediata à prática da “biopirataria” (apropriação não autorizada e exploração do conhecimento e dos recursos genéticos das comunidades agrícolas e indígenas por indivíduos ou instituições que procuram o controlo exclusivo do monopólio através de patentes ou propriedade intelectual). Os Povos Indígenas, e principalmente as mulheres como guardiãs destes recursos, têm preservado e conservado estes recursos durante gerações. A biopirataria condiciona a utilização futura destes recursos, ao mesmo tempo que não compensa as comunidades de onde eles provêm. Os desenvolvimentos tecnológicos relacionados com as mudanças climáticas devem incorporar e compensar os conhecimentos específicos dos indígenas e das mulheres e responder às suas necessidades específicas, incluindo acessibilidade, facilidade de utilização, acessibilidade económica, eficácia e sustentabilidade.
- 19** Que os investimentos do sector privado no domínio da mitigação e da tecnologia não sejam utilizados como substitutos para os investimentos públicos. A maximização do retorno monetário dos investimentos do sector privado significa que a satisfação das necessidades de bem-estar público face à crise climática esteja em risco de ser minada. A privatização das respostas à crise climática apenas funcionará para criar a moderação da acção climática, reforçar o neocolonialismo contra as pessoas excessivamente afectadas e promover o neoliberalismo.
- 20** Irradiar soluções fraudulentas e soluções tecnológicas não comprovadas, e insustentáveis, que não passam de esquemas de geração de lucros para o investimento privado e estrangeiro.

Exigem: Interseccionalidade e ligações com outros programas de trabalho

- 21** Integração da igualdade de género nas políticas, programas e orçamentos nacionais relacionados com as mudanças climáticas e a redução dos riscos de desastres que lidam com a violência baseada no género e reforçam a Prestação de Serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva (SRHR). De forma mais específica, que o Secretario Geral da UNFCCC, os Pontos Focais de Género e mudanças Climáticas, e as organizações e partes relevantes promovam a colaboração entre entidades governamentais que trabalham na área das mudanças climáticas, igualdade de género, saúde e SRHR, para que as considerações de SRHR possam ser integradas nas políticas e programas climáticos a nível nacional, incluindo os NDC's e os NAP's.
- 22** Desenvolvimento de políticas nacionais sobre mudanças climáticas que sejam inovadoras de igualdade do género e que reconheçam a importância da liderança juvenil, dando prioridade ao envolvimento cívico, competências ecológicas,

competências para a vida, processos políticos, e activismo, e envolvendo significativamente as raparigas e mulheres jovens no desenvolvimento destas políticas. ([Acção para o Empoderamento Climático – ACE](#))

- 23** Privilegiar os direitos humanos e reforçar a segurança das mulheres defensoras dos direitos humanos e da justiça climática, especialmente em zonas de conflito, reduzindo a proliferação de armas de fogo e denunciando o militarismo.
- 24** Protecção das fontes de água e bacias hidrográficas, tais como florestas naturais, para garantir o fornecimento da água para as comunidades e os benefícios derivados da redução do volume do trabalho das mulheres e raparigas. O direito à água deve ser protegido através de estudos do impacto ambiental e avaliações sociais com uma perspectiva de género, antes de serem aprovados quaisquer projectos de gestão de água transfronteiriços ou entre países, incluindo projectos hidroeléctricos.
- 25** Preservação dos oceanos e ecossistemas costeiros (tais como: deltas de rios, estuários, dunas, mangais e recifes de coral) através do desenvolvimento de medidas eficazes de adaptação e mitigação para enfrentar os impactos nocivos das mudanças climáticas e da poluição ambiental. Isto inclui abordar o aumento do nível do mar, o aquecimento dos oceanos e a acidificação dos oceanos.
- 26** Forte ligação com outros quadros políticos internacionais, tais como a [Convenção sobre a Diversidade Biológica \(CBD\)](#), o [Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres](#) e o [Fórum Geração de Igualdade, Acção Feminista pela Justiça Climática](#). Com ênfase na produção de conhecimentos e formação de parcerias e colaborações para assegurar que as prioridades de redução do risco de desastres, resiliência e conservação lideradas pela comunidade sejam adequadamente financiadas e implementadas.
- 27** Distanciamento dos modelos económicos neoliberais que abusam de mulheres e exploram de forma excessiva, injusta e insustentável os recursos naturais para alimentar a ganância de alguns indivíduos e países à custa do desenvolvimento sustentável de muitos países em desenvolvimento e da saúde do planeta.

SOBRE A FORÇA TAREFA

Em Janeiro de 2022, um pequeno grupo de feministas africanas, na sua maioria defensoras de um compromisso duradouro de igualdade de género, iniciou uma Força Tarefa para a COP27 com o objectivo de mobilizar as feministas africanas antes da COP27 para serem acolhidas no Egipto e assegurar que as vozes e exigências, aspirações e visão das feministas africanas sejam centradas nos processos e resultados da COP27. Em Abril de 2022, foi feito um apelo público para expandir a representação e assegurar a inclusividade da força tarefa. Até à data, mais de 150 feministas fazem parte da força tarefa das feministas africanas. A adesão à força tarefa está aberta a todos os que se identifiquem com feministas de África.